

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.307 - RJ (2019/0003581-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : **THIAGO CLAUDIO DUARTE CHAGAS (PRESO)**
ADVOGADO : **FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA CHAVES - RJ122392**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Thiago Cláudio Duarte Chagas** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (HC n. 00455075220188190000) – fls. 53/54:

AGRAVO INTERNO.

DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, COM FULCRO NO ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, C/C ART. 3.º DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, NEGA SEGUIMENTO A HABEAS CORPUS CUJO PEDIDO ERA CONCESSÃO AO ENTÃO PACIENTE DO LIVRAMENTO CONDICIONAL.

PRETENSÃO À REFORMA DA DECISÃO MONOCRÁTICA PELO COLEGIADO PARA CONHECIMENTO E CONCESSÃO DA ORDEM DE HABEAS CORPUS QUE SE NEGA. VIA ELEITA QUE SE MOSTRA ABSOLUTAMENTE INADEQUADA. WRIT QUE FOI IMPETRADO COMO SUBSTITUTIVO DO AGRAVO DE EXECUÇÃO, PREVISTO NO ART. 197 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL, VIA APROPRIADA PARA A REANÁLISE DA MATÉRIA, COM A CORRESPONDENTE MANUTENÇÃO OU REFORMA DO QUE RESTOU DECIDIDO EM SEDE DE EXECUÇÃO PENAL.

EVENTUAL VIOLAÇÃO AO DIREITO DE LOCOMOÇÃO DO ENTÃO PACIENTE QUE NÃO É SUFICIENTE PARA AUTORIZAR A IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS. ANÁLISE QUANTO AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS QUE DEMANDA DILAÇÃO PROBATÓRIA, PRÓPRIA DO RECURSO DE AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL E INCOMPATÍVEL COM A VIA ESTREITA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL ELEITO.

DESPROVIMENTO DO AGRAVO.

O recorrente cumpre pena de 11 anos de reclusão pelo delito do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. No curso da execução penal, requereu livramento condicional, que foi indeferido.

Pleiteia, em liminar, *a imediata expedição do alvará de soltura, pela manifesta ilegalidade consistente em manter preso condenado que faz jus à liberdade condicional* (fl. 77).

Superior Tribunal de Justiça

A liminar foi indeferida (fls. 162/163).

Informações prestadas e parecer do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso (fls. 206/210)

É o relatório.

O presente recurso perdeu o objeto.

Conforme informado, em 25/11/2019 (fls. 216/217), pelo Juízo de primeiro grau, foi concedido, em 20/5/2019, o livramento condicional ao recorrente, sendo posto em liberdade na data de 29/5/2019, permanecendo em gozo do benefício até então.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o recurso ordinário.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator